

Governo reduz transferências para o orçamento monetário

por Cíntia Sasse
de Brasília

O volume de transferências do orçamento fiscal para o monetário retornou à meta programada no final do ano passado: Cr\$ 2,4 trilhões. Esta é uma cifra "suficiente" para fechar as contas do orçamento monetário, dentro da reprogramação em estudo das metas de controle da oferta de moeda, segundo o secretário geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega.

A volta ao antigo número representa redução de Cr\$ 1,7 trilhão em relação ao volume de transferências recomendado pelo Fundo Monetário Internacional — de Cr\$ 4,1 trilhões — após a

avaliação dos efeitos da maxidesvalorização cambial sobre as metas do acordo. "Era uma conta de chegar para fechar o orçamento monetário", explica o secretário do Planejamento, José Augusto Arantes Savasini.

Cumprir apenas o previsto no orçamento monetário, "poderá ser factível com a revisão do déficit público e da taxa de inflação, computando parte dos cortes nos subsídios", diz Savasini.

De qualquer modo, o menor volume de transferência de recursos fiscais dá uma idéia da extensão do pedido brasileiro de reformulação do acordo com o Fundo. Uma revisão profunda que Savasini prefere não quantificar.

Nas negociações que estão em curso, o governo brasileiro pretende que o FMI aceite rever o teto do déficit público de Cr\$ 8,8 trilhões para algo entre Cr\$ 12 trilhões e Cr\$ 13 trilhões neste ano, segundo um outro assessor bem próximo ao ministro Delfim Netto. Isto proporcionaria uma folga na exigência de recursos a serem transferidos do orçamento fiscal, que chegariam a pouco mais de 37% de todo o orçamento previsto neste ano por recomendação do FMI e a uns 2% dentro dos cálculos programados pelo governo.

As contribuições do orçamento fiscal deverão vir muito mais dos aumentos de receitas tributárias — de uns Cr\$ 800 bilhões com as taxações introduzidas pelo recente pacote econômico editado pelo governo — e dos cortes nos subsídios indiretos, já que as economias com o petróleo e o trigo, avaliadas em

Cr\$ 600 bilhões aproximadamente, estavam programadas no orçamento monetário, segundo um outro credenciado assessor da Seplan.

O retorno ao volume de transferências fiscais de Cr\$ 2,4 trilhões foi mencionado pelo secretário geral do Ministério da Fazenda no encontro que manteve ontem com os economistas que representam os bancos do sub comitê econômico de renegociação da dívida

externa brasileira. Eles estavam interessados em saber como os agricultores reagiria com a retirada do subsídio ao crédito agrícola e os rumos da política creditícia ao setor. Nóbrega explicou-lhes as recentes alterações no crédito rural, a disposição do governo de utilizar os recursos oficiais para obras de infraestrutura e garantir preços remuneradores aos agricultores, estimulando a comercialização.

CRÍTICA

Einar Kok fez também uma crítica ao governo federal. Segundo ele, "as autoridades não podem esconder-se atrás das cortinas do endividamento externo para evitar a tomada de medidas necessárias ao desenvolvimento das indústrias instaladas no País a duras penas".

Kok acredita que se o governo não criar um programa de modernização para aumentar a qualidade e a produtividade dos nossos produtos, quando acabar o período de crise, o nosso parque industrial estará atrasado pelo menos 20 anos em relação aos dos países desenvolvidos. Para ele, esse programa deveria estar voltado principalmente para os setores de auto peças, plásticos e têxteis, oferecendo recursos a juro zero, apenas com correção monetária.

"Para analisar o que está ocorrendo hoje é preciso voltar no tempo até novembro do ano passado, quando o governo estabeleceu algumas metas para 83. Entre essas metas estavam uma inflação de 90%. Hoje, esses cálculos tiveram de ser refeitos. O cálculo mais otimista prevê uma inflação de 140%, dependendo da política de subsídios. Como as mudanças foram moderadas, a previsão é de que a inflação fique entre 170 e 176%", afirmou Kok.